

As origens comuns da crise econômica e da crise ecológica*

François Chesnais

Professor emérito da Universidade de Paris XIII – Villetaneuse

Uma das características marcantes da situação que vem se desenvolvendo desde 2007 é a conjunção da crise econômica mundial com a progressão da crise climática e de seus gravíssimos efeitos sociais em nível mundial. Aos quais acrescem-se os efeitos da crise alimentar provocada, sobretudo e de forma direta, pelas políticas comerciais aplicadas nos últimos vinte anos. A rapidez com que a crise climática progride e atinge as populações dos países mais pobres e mais vulneráveis significa que estas vão sofrer com a combinação dos impactos da recessão mundial, do aquecimento e dos efeitos das políticas agrícolas impostas a numerosos países. De uma coisa pode-se ter certeza: um problema que, como esse, abala a civilização como tal vai ser tratado pelos governos como uma questão de manutenção da ordem, tanto no plano nacional quanto internacional (ver as medidas da União Européia contra a imigração). Em algumas partes do mundo, no entanto, os efeitos das mudanças climáticas, e também as resistências populares que provocarão, serão provavelmente tão fortes que respingarão na economia e agravarão a recessão.

A conjunção da crise econômica mundial com a progressão da crise climática, e, sobretudo, sua gravidade, não é totalmente fortuita. As raízes de ambas são as mesmas, a saber: a natureza do capital e da produção capitalista. Mas é somente com a liberalização e desregulamentação do capital e, por conseguinte, com sua completa mundialização¹ e sua financeirização exacerbada

* O presente texto foi redigido como subsídio para a reunião que as instâncias provisórias do Novo Partido Anticapitalista (NPA) realizaram, na França, em 13 e 14 de dezembro de 2008, para debater as questões relacionadas com a ecologia e definir o lugar que estas deveriam ocupar no programa e na ação desse partido, então em processo de formação e, a seguir, efetivamente fundado em 06-08 de fevereiro de 2009 (Nota dos tradutores – NT).

¹ Os termos *globalização* e *mundialização* são às vezes usados como equivalentes, porém são falsos sinônimos. Os que cunharam o primeiro concebem o mundo de hoje como um globo liso, em que todos os agentes econômicos são tidos como dispondo de iguais oportunidades de competir; os que usam o segundo entendem que o mundo é um espaço hierarquizado, cujas regras são as que mais convêm às potências capitalistas centrais, principalmente aos EUA, país emissor da moeda de referência da finança internacional. François Chesnais compara o significado dos dois termos no início de seu livro *A mundialização do capital*, de 1996, tradução da obra originalmente publicada em francês em 1994. No início do capítulo 1, escreve: "O adjetivo 'global' surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas norte-americanas de administração de empresas, as célebres *business management schools* de Harvard, Columbia, Stanford etc.". Adiante, retoma: "A palavra 'mundial' permite introduzir com muito mais força do que o termo 'global' a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum. Entre os países do Grupo dos Sete – EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália –, os mais fortes julgam ainda poder cavalgar vantajosamente as forças econômicas e financeiras que a liberalização desencadeou,

que isso aparece claramente. São esses mesmos processos que explicam, de um lado, os traços originais da crise, em que a superprodução de mercadorias e a superacumulação de capacidades de produção combinam-se com o colapso de uma quantidade gigantesca de capital fictício, e de outro, a aceleração das emissões mundiais de CO₂, cujos efeitos no clima já foram comprovados.

São tempos muito diferentes o tempo da mudança climática sob o efeito das emissões de CO₂ (que estas sejam sua única causa ou que a tenham acelerado durante décadas, piorando qualitativamente um ciclo climático multissecular – isso não muda em nada a natureza central desse fato) e o tempo da acumulação do capital durante um longo período (que é também aquele da acumulação de suas contradições internas até o momento em que estas não podem mais ser contidas). No caso da longa acumulação à qual a presente crise põe fim, pode-se considerar que ela começa no final dos anos 1950. No tocante à produção de gases do efeito estufa e à sua concentração na atmosfera, considera-se, em geral, que sua origem remonta à difusão internacional da revolução industrial e do uso do carvão em grande escala no final do século 19. Tratam-se, pois, de tempos de maturação bem distintos.

Deve-se, porém, observar duas coisas. Primeiro, a ocorrência de uma aceleração das emissões de gases: iniciada nos anos 1970, por volta do fim dos "trinta anos gloriosos"², esta aumenta sobretudo a partir do começo dos anos 1990, época em que o Grupo Intergovernamental de Peritos em Mudanças Climáticas (GIEC) já publicara as advertências contidas em seu primeiro relatório; ou seja, no plano das mudanças climáticas, está em curso uma espécie de "corrida ao abismo", cujas consequências são cada dia mais claras. Ora, é também no começo dos anos 1990 que se começa a recorrer, de forma cada vez mais sistemática, ao conjunto de mecanismos destinados a sustentar a acumulação e a conter as crises financeiras. Foram eles que retardaram o início da crise até agosto

enquanto os demais estão paralisados ao tomarem consciência, por um lado, de sua perda de importância e, por outro, do caminho que vão ter que percorrer para 'adaptar-se' " (Nota de Vito Letizia).

² *Trinta anos gloriosos* é a expressão usada na Europa para designar o período 1945-1975, quando foram postas em prática as políticas sociais do chamado *estado de bem-estar*. A designação consagrou-se entre economistas e historiadores europeus, *a posteriori* (anos 80), quando o estado de bem-estar começou a ruir. Nos EUA, não foram aplicadas as mesmas políticas e os economistas norte-americanos tratam esse período mais como de prosperidade e de predomínio de políticas keynesianas de pleno emprego. O termo *prosperidade* generalizou-se para esse período nos EUA, em parte por influência do livro de John Kenneth Galbraith, *The Affluent Society* (1958), traduzido como "A sociedade afluente". Significativamente, em 1977, Galbraith escreveu *The Age of Uncertainty*, em português "a era da incerteza" (Nota de Vito Letizia).

de 2007 (o que, agora, permite entender a profundidade da mesma). Voltarei a esse tema adiante para explicar suas implicações no plano ecológico.³

As raízes comuns das duas crises consubstanciais ao capitalismo enquanto tal

Estas se encontram no que se pode designar como sendo a “essência” do capital. O dinheiro que se torna capital deve crescer, reproduzir-se com lucro, aumentar em um movimento contínuo, sem fim, nem limites. É preciso pautar-se em Marx quando, nos *Manuscritos de 1857-1858* (os “*Grundrisse*”), ele escreve que “o capital, enquanto expressão da forma universal da riqueza – o dinheiro –, tende a ultrapassar seu próprio limite, irrestrita e desmedidamente. Caso contrário, ele cessaria de ser capital, o dinheiro enquanto produtor de si mesmo.” Ou ainda, no *Capital*, quando ele martela, por assim dizer: “A produção é uma produção apenas para o *capital*, e não o inverso; no capital, os meios de produção não são ampliados em benefício da *sociedade* dos produtores” (grifado por Marx). Para crescer, o capital deve produzir e apropriar-se indefinidamente do valor e da mais-valia. O que também significa que deve extrair, sem qualquer limite, os recursos do solo e do subsolo, o que ele vem fazendo desde que se constituiu em modo de produção, abarcando países inteiros, e mais ainda quando começou sua expansão mundial.

A fórmula “produção para a produção”, atualmente muito utilizada, requer precisões. Se quisermos acabar com o “produtivismo”, é primeiro necessário compreender bem sua natureza e seus motores. Apropriar-se da mais-valia corresponde à essência do capital. O que exige, inicialmente, reunir trabalhadores em empresas, organizar a atividade produtiva tão eficazmente quanto possível, aumentar a produtividade da força de trabalho, limitando, ao máximo, a alta dos salários. Exige, a seguir, vender o produto sob forma de mercadoria, fazendo todo o possível para convencer as pessoas a comprá-lo. O “produtivismo” repousa em fortes mecanismos de obtenção de uma “concordância” social:

- Alguns destes mecanismos dizem respeito à venda e à compra da força de trabalho, ou seja, ao fato de que são as empresas e, para além delas, o funcionamento geral do capitalismo que decide se você terá ou não um emprego, com qual grau de estabilidade e com qual nível salarial. A melhor maneira de obter “concordância” nesse plano, ou seja, de garantir a docilidade dos trabalhadores, sempre foi fazer com que as empresas entrassem em concorrência entre si, se possível uma concorrência intensa. Quanto maior for a concorrência das empresas

³ Este texto não menciona a importante contribuição da URSS e dos demais países do “socialismo real” do centro e do leste da Europa para os danos ecológicos. Claude Serfaty e eu falamos sobre isso em nosso capítulo do livro coletivo organizado por Michel Lowy e J.-M. Harribey, *Capital contre nature*, Paris: Actuel Marx Confrontations, 2003.

entre si, tanto maior será a concorrência dos trabalhadores entre si pelas vagas de trabalho. Pois cada setor distinto de produção e de apropriação da mais-valia, cada empresa considera que a competitividade passa pela redução do chamado “custo do trabalho”. Ora, a melhor maneira de garantir que esses dois níveis interconectados de concorrência “funcionem bem” é liberalizar as trocas. E isso é o que o capital vem fazendo, há quarenta anos, no âmbito da União Européia e em nível mundial, com o tratado de Marrakech⁴ e com a cooptação da China à Organização Mundial do Comércio – OMC.

- Os outros mecanismos de criação de “concordância”, uma concordância forçada, dizem respeito à necessidade de induzir os assalariados e o conjunto da população a comprar. É preciso que as mercadorias que contém mais-valia sejam vendidas, sejam despejadas no mercado em quantidades tão elevadas quanto possível. Para isso, é preciso que sejam “coisas úteis”. Elas podem ser autenticamente úteis para aqueles que as compram, por serem mercadorias que atendem necessidades. Mas é preciso, sobretudo, que elas sejam “úteis” no sentido de permitir a realização da mais-valia. Com efeito, um conjunto de fatores (para simplificar, digamos, a repartição desigual das rendas entre as classes sociais e entre os países, bem como e simplesmente a saturação) faz com que a dimensão do mercado tenha limites. É preciso, pois, que o capital faça tudo para ampliá-los. O importante para ele é que as mercadorias que contém mais-valia tenham a aparência de “coisas-úteis”. Para ele, a “utilidade” é aquilo que permite gerar lucro e dar continuidade, indefinidamente, ao processo de valorização. As empresas tornaram-se mestres na arte de demonstrar àqueles que têm algum poder de compra que as mercadorias que elas lhes propõem são “úteis”.

Grandes passos já foram dados em direção à compreensão das raízes comuns da crise como crise de superacumulação e de superprodução e como esgotamento dos recursos do planeta. De tudo o que acaba de ser explicado, resulta que o movimento de acumulação de capital – cujo motor é a necessidade de valorização indefinida e sem limites de si próprio – conduz simultaneamente:

- à superacumulação de meios de produção (o superinvestimento) e à consequente superprodução de mercadorias;
- à existência de uma situação de desemprego endêmica;
- a um desperdício imenso de recursos não renováveis, desperdício esse também contínuo, por ser tão inerente ao capitalismo quanto a superprodução.

⁴ Assinado em 1994, o Tratado de Marrakech criou a Organização Mundial do Comércio – OMC e facilitou a circulação internacional de capitais (NT).

Entre as diferentes expressões da profunda irracionalidade social e ambiental à qual conduz a racionalidade própria ao capital, formam-se processos interativos agravantes. Basta um exemplo. Cada empresa considera o(a)s assalariado(a)s como um custo que deve ser reduzido. Ao fazê-lo, ela contribui para solapar o alicerce sobre o qual está assentado o condomínio capitalista. Muito antes de Keynes, Marx já tinha escrito: "sabedor de que não ocupa diante de seu operário a posição de produtor diante do consumidor, cada capitalista busca conter ao máximo a capacidade desse trabalhador efetuar trocas, limitando o salário dele. Porém, o capitalista deseja obviamente que os trabalhadores dos *outros* capitalistas consumam o mais amplamente possível a mercadoria por ele produzida." Nesta movimentação, o capital agrava o problema de realização da mais-valia. Por isso, é preciso que ele intensifique seus esforços para induzir à compra aqueles cujas necessidades estão saturadas de produtos socialmente inúteis. Alojada no coração da relação entre o capital e o trabalho, essa contradição é uma das expressões de que "a verdadeira barreira do capital é o próprio capital" (Marx). Aqueles que o personificam não podem compreender esse fato, muito menos aceitá-lo, quando lhes acontece pressenti-lo. Tampouco podem depreender consequências ou compreender que um sistema cujo coração é a valorização ilimitada do dinheiro é um sistema mortífero.

Os aspectos específicos à configuração do capital e ao prolongamento do "crescimento" a partir dos anos 1990

O primeiro relatório do Grupo Intergovernamental de Peritos em Mudanças Climáticas (GIEC) data de 1990. Apresentava um balanço e fazia uma primeira série de previsões que não foram desmentidas desde então. Confirmava as informações científicas sobre a mudança climática já há muitos anos conhecidas dos cientistas. Uma *Convenção sobre mudanças climáticas* foi adotada pela ONU, em 1992, e entrou em vigor em março de 1994. Cada relatório ulterior do GIEC apenas confirmou as conclusões dos precedentes, reduzindo porém as previsões de prazos de evolução climática. No entanto, nada ou muito pouco foi feito. Nos casos em que os fatos vieram "desmentir" as previsões dos cientistas, foi apenas no sentido de comprovar uma aceleração dos processos em curso, principalmente aquele relativo ao derretimento das geleiras africanas e andinas e das banquisas do Ártico e da Antártida. Entretanto, diante dessas advertências, nenhuma medida de impacto real foi tomada ou aplicada pelos governos, tampouco pelos grupos industriais e financeiros diretamente responsáveis pelas decisões econômicas que influenciam a intensidade e a estrutura do consumo de energia. Algumas razões

para tal devem ser buscadas no imenso interesse desses grupos em prolongar as fontes atuais de seus lucros. Mas a “corrida ao abismo” explica-se, sobretudo, pelos desenvolvimentos que vieram exacerbar os processos fundamentais que acabam de ser apontados.

Era imperativo apreender abstratamente a essência do capital; foi o que fizemos acima. Mas é preciso, igualmente, apreendê-lo através das configurações organizacionais que assume em determinados momentos. No atual estágio do capitalismo, essas organizações são, obviamente, os grandes grupos da energia, da indústria e da grande distribuição – todos eles sociedades transnacionais (STN). Mas, já há trinta anos, são também, e principalmente, as sociedades financeiras, os grandes bancos, as seguradoras, os fundos de pensão por capitalização e os fundos de investimento financeiro (*Mutual Funds*, *SICAV*, etc.), ou seja, aqueles que costumam ser chamados de “investidores institucionais”. Seu poder fundamenta-se na centralização do dinheiro cuja valorização é buscada sob forma de empréstimos e de investimentos, isto é, sob a forma dita do “capital portador de juros”. Uma parte do dinheiro provém de juros não reinvestidos, uma outra de rendas (a renda petrolífera sendo a mais importante), uma outra ainda decorre de imposições institucionais (como é o caso dos fundos de pensão por capitalização). Seja qual for sua origem, o dinheiro centralizado é confiado aos gestores dos fundos. Ora, um conjunto de instituições – em primeiro lugar, os mercados financeiros (entre os quais as Bolsas) – e de mecanismos (tais como a “governança corporativa” em proveito dos acionistas) constituíram esses gestores num componente central do capital contemporâneo. É preciso ver o que isso implica.

O ponto de partida do ciclo de valorização do capital é D, sendo D' seu ponto de chegada⁵. Aqueles que, por assim dizer, personificam D – personificando o dinheiro em toda sua “pureza” – sempre foram aqueles que o possuíam ou que o centralizavam ou que o “criavam” graças ao crédito. Depois de uma interrupção de aproximadamente 40 anos (da metade dos anos 1930 à metade dos anos 1970), tal é, novamente, o caso. O poder capitalista decisivo passou outra vez para as mãos dos financeiros, isto é, dos procuradores ou gestores dos fundos de pensão e de investimento financeiro. A liberalização, a desregulamentação e a mundialização contemporânea abriram-lhes um espaço de valorização planetário. Os fundos são a materialização de um capital detentor, como nunca antes, dos atributos de uma força impessoal voltada exclusivamente para a sua própria valorização e reprodução. Esses atributos são a extrema mobilidade dos fluxos de capitais, a

⁵ Formulado por Marx, o ciclo de valorização do capital é: D → M → D', com D < D', sendo D = dinheiro, M = mercadoria (NT).

enorme flexibilidade das operações de valorização, a exterioridade em relação aos encargos de produção e de venda que o capital industrial conhece; são ainda a indiferença radical em relação aos mecanismos políticos e sociais de produção e apropriação da mais-valia ou às suas consequências sociais ou ecológicas.

Os gestores financeiros estão amplamente no comando do capitalismo "ocidental". No caso dos Estados Unidos, que não fazem mistérios a respeito, seus nomes são bastante conhecidos, a começar pelos diretores-gerais do Grupo Goldman Sachs⁶, Robert Rubin e Henry Paulson, que foram secretários do Tesouro dos EUA, o primeiro de Clinton, o segundo de G. W. Bush. Eles personificam um capitalismo que pensava ter feito recuar "seus limites inerentes" por muito tempo. Mas, como de hábito, isso ocorreu através do recurso a "meios que acabam recolocando esses limites diante do capital, numa escala ainda mais formidável". No presente caso, os meios empregados pela burguesia alinhada com os Estados Unidos no esforço para superar, ao longo desses últimos trinta anos, os limites inerentes ao capital foram essencialmente três: a liberalização dos fluxos financeiros, do comércio e dos investimentos diretos; o recurso, numa escala sem precedente, à criação de capital fictício sob sua forma mais vulnerável, a saber, de créditos, principalmente hipotecários; enfim, como resposta à penúria de mais-valia criada pela desaceleração do investimento nos países que estão no centro do sistema, um novo e alto pique de investimentos no exterior, cujo principal campo foi a China.

O recurso à criação de capital fictício, também sob a forma de crédito ao consumo e em dimensões até então desconhecidas, teve por objetivo ampliar artificialmente o mercado doméstico dos países que a ele recorreram. Durante algum tempo, notadamente a partir de 2001, esse artifício, construído com base na extensão constante das técnicas de "securitização"⁷, serviu quase sozinho a conter os efeitos de uma demanda insuficiente – mascarando, então, as situações de superprodução crônica, como no automobilismo. Uma quantidade vultosa de promissórias impagáveis "escondidas" em títulos financeiros foi inscrita no ativo do capital dos bancos, das companhias de seguros e dos fundos de investimento. Desde agosto de 2007 (na verdade desde julho), todo o edifício começou a ruir,

⁶ Fundado em 1869, o *Goldman Sachs Group* é um dos mais antigos e poderosos bancos de investimentos no mundo. Sua sede central está localizada em Nova Iorque, mas possui escritórios de representação em todas as praças financeiras importantes dos cinco continentes (NT).

⁷ Securitização: transformação de dívidas em títulos negociáveis no mercado financeiro, mediante desconto (o vendedor do título renuncia a uma parte de seu valor nominal em troca do dinheiro à vista). Esta prática expandiu-se a partir dos anos 90, com o objetivo de dispersar o risco de inadimplência entre muitos credores, grandes dívidas sendo divididas em porções vendidas separadamente (Nota de Vito Letizia).

pedaço por pedaço, ao longo de sucessivos episódios e de uma forma cada vez mais espetacular.

A crise financeira levantou o véu que escondia a superprodução nos Estados Unidos e na Europa e, por tabela, também no Japão, que é terrivelmente dependente das exportações. A questão-chave é se a crise de superacumulação e de superprodução estender-se-á à China ou não. A partir do começo dos anos 1990, diferentemente das fases precedentes, a arremetida do capital produtor de mais-valia para o exterior não tomou somente a forma de uma expansão das relações imperialistas, seja de apropriação-expropriação dos recursos essenciais de países subordinados, ou ainda de produção monopolista, nesses países, para a venda no mercado da metrópole. Tratou-se dessa vez, em particular no que diz respeito à China, de uma ampliação das relações de produção entre capital e trabalho no seu sentido mais forte, ou seja, de relações cujo objetivo é a criação do valor e da mais-valia na indústria manufatureira. A China não é apenas um mercado. Ela é "*the factory of the world*" (a fábrica do mundo), uma das mais importantes bases de produção manufatureira do mundo, se não for a principal. Portanto, uma base de produção que exige uma esfera de realização, ou seja, um mercado, de uma dimensão correspondente à quantidade de mercadorias produzidas. A expansão das relações produtoras de valor e de mais-valia foi promovida pela direção do Partido Comunista Chinês que chamou o capital estrangeiro para dela participar e se aproveitar. A partir da metade dos anos 1990, as empresas estrangeiras (estadunidenses e japonesas à frente) precipitaram-se à China para tirar proveito da mão-de-obra disciplinada, qualificada e barata. A elevação da capacidade produtiva nascida do afluxo de investimentos estrangeiros foi acentuada por mecanismos político-econômicos específicos propícios à superacumulação. Numerosas são, portanto, as razões que fazem da China o terreno no qual serão decididas a dimensão e a amplitude da crise, e talvez o seu desenlace.

Voltemos à aceleração dos processos de utilização das fontes não-renováveis até o esgotamento das mesmas, e também ao esgotamento do solo, a longo prazo, em um número crescente de lugares do planeta, assim como à aceleração das emissões de gases do efeito estufa. No primeiro caso, a questão encontra-se abundantemente documentada. Limitemo-nos a dois exemplos: por um lado, a destruição da floresta primária na África, na Amazônia, na Indonésia para vender madeiras raras, para cultivar espécies industrializáveis, como os agrocombustíveis, ou para a criação extensiva de gado; por outro lado, o uso cada vez mais intenso de agrotóxicos na grande agricultura, até o esgotamento dos solos. Ambos

fenômenos possuem um elo estreito com o pagamento da dívida, com a liberalização do comércio e com a penetração acentuada, na agricultura e na pecuária, do capital concentrado e de seu acionariado de fundos de investimento financeiro.

No caso da aceleração das emissões de gases do efeito estufa, o vínculo não é tão direto, mas há no mínimo um “conjunto de indícios” a serem considerados. Pode-se levantar a hipótese de que essa aceleração ocorre, pelo menos parcialmente, como consequência de muitos desdobramentos ligados à liberalização das trocas, à desregulamentação e mundialização dos investimentos, às privatizações: o salto qualitativo tanto nos transportes rodoviários por caminhão como nos transportes marítimos e aeronáuticos (fenômenos ligados à terceirização e à “pronta entrega”, às mercadorias chinesas baratas, aos morangos no inverno, etc.; o subinvestimento deliberado nos transportes públicos; a urbanização que impõe o uso de um carro (para todos aqueles que podem pagá-lo...!), etc. (Será realmente por acaso que, na França, Renault, Peugeot, Bouygues⁸ e comparsas são as principais empresas beneficiadas pelo “plano de incentivo”?)

Para abrir, sobre duas questões políticas

A primeira é a do “decrescimento”. Ora, vive-se em um sistema cujo coração – cuja própria racionalidade – é o de valorizar o dinheiro que se tornou capital, através de uma movimentação incessante. Tal valorização permanente do capital ocorre (e só pode ocorrer) mediante a combinação de: 1) uma relação consubstancialmente antagônica com o trabalho, relação que gera a polarização social, a pobreza, a miséria (com exceção de situações políticas excepcionais extremamente transitórias que conseguem contê-las, como os “trinta anos gloriosos”); e 2) a venda contínua de mercadorias, portanto até a saturação, com as implicações ecológicas que vimos acima. A liberalização e a mundialização acabaram com os mecanismos que conseguiam conter o primeiro processo e acentuaram terrivelmente o segundo. O único momento em que tal sistema “decrece” é em época de crises, como é o caso hoje.

O outro defeito gritante dos teóricos do decrescimento é o de se colocar politicamente no terreno da súplica ao capital, rogando que ele seja mais razoável, que tome consciência de seus “verdadeiros” interesses a longo prazo. Eles não colocam a luta de classes no centro, mesmo quando são sensíveis à pobreza. Podem aderir a certas lutas no ponto de junção entre as consequências da

⁸ Fundada em 1952, inicialmente focada na construção civil, Bouygues é hoje uma das maiores empresas capitalistas baseadas na França, com atuação multinacional na construção, energia, imobiliário, televisão e telecomunicações (NT).

exploração e de tal ou tal questão de ordem ecológica; podem também ser sensíveis à pressão popular quando ela cresce. Mas lhes é estranha a busca sistemática das incompatibilidades entre a manutenção do capital e a defesa da ecologia, pois não compreendem a natureza do sistema capitalista ou pensam, como os socio-liberais, que ele “já ganhou”.

A segunda questão política diz respeito muito mais ao termo *eco-socialismo* do que ao termo *socialismo* sem prefixo. Ao fim e ao cabo, minha impressão pessoal é a de que os únicos verdadeiros argumentos nesse sentido são aqueles: 1) do descrédito da palavra *socialismo* em função do stalinismo e da social-democracia; e 2) a escassa importância que os marxistas, inclusive os marxistas-revolucionários, deram às questões ecológicas, “redescobrindo” Marx sobre esta questão apenas nos anos 1990, graças principalmente a pessoas como John Bellamy Foster⁹.

Por isso, minhas duas respostas (porém, invertendo a ordem) são: 1) a questão ecológica não foi a única que os marxistas, inclusive os marxistas-revolucionários, negligenciaram (ver o texto de Jean-Louis Marchetti elaborado para a reunião do NPA, de 13-14 de dezembro); 2) o conteúdo da palavra *socialismo* pode, e para mim deve, ser repensado a partir do balizamento proposto por Marx a respeito dos “produtores associados” e de suas relações com a natureza. Num dos últimos capítulos de *O capital*, Marx abre “aos homens socializados, que se tornaram produtores associados”, a perspectiva de “combinar racionalmente e de controlar suas trocas materiais com a natureza, de forma a realizá-las com o mínimo dispêndio de força e nas condições mais dignas e mais conformes à natureza humana”. Marx escreve que a proteção da natureza contra a mercantilização capitalista é inseparável do homem enquanto parte da natureza. Em outros termos, toda política que encarar firmemente a questão ecológica combaterá também a alienação (a alienação mercantil, mas também a alienação no posto de trabalho), e isso com uma eficácia superior à das campanhas de “defesa do emprego” nas quais os sindicatos aliam-se com os empregadores acerca de medidas como as normas em matéria de poluição! Em suma, trata-se de fazer com que o indivíduo “individual” (criação do capitalismo, dividido entre produtor e consumidor, privado de toda instância suscetível de ajudá-lo a compreender sua experiência social em suas principais determinações) possa se tornar um produtor associado, capaz de administrar suas relações com o seu meio ambiente natural de

⁹ Ver: FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Traduzido do inglês por Maria Teresa Machado. SP/RJ: Civilização Brasileira, 2005 (NT).

acordo com uma racionalidade coletiva. Assim redefinido, *socialismo* é uma palavra que se deve reaprender a defender.

(Traduzido do francês por Camila do Nascimento Fialho, Nara H. N. Machado e Robert Ponge, com a assessoria técnica de Vito Letizia)